

O BRASIL E O MULTILATERALISMO**THE BRAZIL AND THE MULTILATERALISM** <https://doi.org/10.63330/aurumpub.016-005>**Júlia Helena Bastos Rezende Silva**

Especialista em Direito Adm, Constitucional, Penal e Processual Penal pela Faculdade Mauá de Brasília/DF e Mestranda em Ciências Políticas pelo IDP, professora do curso de direito da FAMP

E-mail: docencia.jhbastos@gmail.com

LATTES: <https://lattes.cnpq.br/9730155079104382>

RESUMO

O conceito de multilateralismo é complexo, uma vez que abrange diversas vertentes e diversas escolas. Ao longo dos séculos XIX e XX, o multilateralismo evoluiu e ultrapassou o modelo apresentado pelos Estados Unidos da América. Desse modo, o objetivo central do trabalho foi responder a seguinte pergunta: “qual a postura do Brasil no que tange ao multilateralismo?”. Adotou-se como metodologia de pesquisa a análise bibliográfica. O primeiro tópico trata do conceito e surgimento do multilateralismo, enquanto o segundo tópico aborda o posicionamento do Brasil e suas políticas públicas com relação ao mundo global.

Palavras-chave: Multilateralismo; Política externa; Brasil.

ABSTRACT

The concept of multilateralism is intricate, as it includes various aspects and perspectives. Over the course of the 19th and 20th centuries, multilateralism has evolved, moving beyond the model established by the United States. Therefore, the primary aim of this work is to answer the question: “What is Brazil’s stance on multilateralism?” To explore this, we adopted bibliographic analysis as our research methodology. The first section examines the concept and emergence of multilateralism, while the second focuses on Brazil’s positioning and its public policies in the global context.

Keywords: Multilateralism; Foreign policy; Brazil.



1 INTRODUÇÃO

Desde o final do século XIX, a política externa brasileira tem se caracterizado por um crescente envolvimento em fóruns e instituições intergovernamentais multilaterais, demonstrando ampla adesão desde o surgimento de organizações como a Liga das Nações e, posteriormente, a Organização das Nações Unidas (ONU). Tal posicionamento tornou-se ainda mais evidente na década de 1990, quando o Brasil passou a pleitear um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, uma aspiração que se tornou prioridade em sua política externa, especialmente durante os primeiros governos de Lula.

A relevância deste tema se justifica pela posição proeminente e histórica que o Brasil ocupa no cenário multilateral. A análise de sua trajetória diplomática é fundamental para compreender como o país utiliza sua postura mediadora para atuar como uma ponte entre diferentes culturas e interesses, especialmente entre os países desenvolvidos (Norte) e as nações em desenvolvimento (Sul). É inegável a importância do Brasil como uma voz significativa na América Latina e no mundo, buscando ampliar sua influência e protagonismo na governança global.

Nesse contexto, o presente artigo busca responder à seguinte questão: "qual a postura do Brasil no que tange ao multilateralismo?". Para isso, delimita-se como objetivo geral é analisar a postura do Brasil em relação ao multilateralismo, examinando a evolução de sua política externa para defender a tese de que, apesar da influência do modelo norte-americano, o país adota uma abordagem inovadora e mediadora nas relações internacionais.

Para alcançar este propósito, o trabalho se desdobra em dois objetivos específicos: primeiramente, busca apresentar o conceito e a origem do multilateralismo, definindo-o como uma prática de cooperação entre três ou mais Estados para resolver problemas globais; em seguida, pretende descrever a trajetória da participação brasileira em fóruns multilaterais, destacando seu engajamento histórico e seu papel como mediador no cenário mundial.

Para abordar esses pontos, o presente artigo foi organizado em dois tópicos: o primeiro explora sucintamente o surgimento e o conceito de multilateralismo, enquanto o segundo se aprofunda na evolução da participação brasileira nesse cenário.

Defende-se aqui que, apesar da ligação brasileira com o multilateralismo norte-americano, o Brasil tem apresentado uma postura inovadora, capaz de transitar com diferentes princípios multilaterais, servindo muitas vezes de pontes entre diferentes culturas.

2 METODOLOGIA

A metodologia empregada neste artigo acadêmico é a pesquisa bibliográfica. Este tipo de pesquisa se caracteriza por ser desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. O objetivo é fundamentar teoricamente o tema, reunindo o conhecimento produzido por

diversos autores sobre multilateralismo e política externa brasileira para construir a análise e defender a tese proposta.

A pesquisa, por sua vez, é de natureza qualitativa e exploratória: qualitativa porque se concentra na análise e interpretação de conceitos, teorias e contextos históricos, sem se prender a dados numéricos; exploratória, pois visa proporcionar uma visão geral e aprofundar o conhecimento sobre a postura do Brasil no cenário multilateral, um tema já estudado, mas aqui abordado sob uma perspectiva específica.

A técnica central aqui utilizada é a revisão de literatura com a consequente análise documental/bibliográfica, onde o trabalho consiste na coleta, seleção, leitura e fichamento de obras relevantes para, em seguida, organizar e analisar as informações de forma a responder à pergunta de pesquisa: “qual a postura do Brasil no que tange ao multilateralismo?”. Logo, tem-se que os instrumentos utilizados foram as próprias fontes bibliográficas descritas na seção referências.

3 O MULTILATERALISMO: ORIGEM, CONCEITO E EVOLUÇÃO

Para analisar a postura inovadora e mediadora do Brasil no cenário internacional, é fundamental, primeiramente, apresentar o conceito e a origem do multilateralismo.

Longe de ser um fenômeno recente, seus primeiros traços, ou seu "embrião", remontam ao final do século XIX e início do século XX. Este período, marcado pela Revolução Industrial e pela crescente interdependência econômica, criou a necessidade de os Estados agirem de forma coordenada, superando a lógica estritamente unilateral que prevalecia até então. Num mundo que hoje se define como multipolar, essa necessidade de cooperação tornou-se ainda mais evidente.

O conceito de multilateralismo é complexo, abrangendo diversas vertentes teóricas. Em sua essência, ele representa uma forma de cooperação coletiva para a tomada de decisão. O cientista político Robert Keohane (1990) oferece uma definição funcional, descrevendo-o como “a prática de coordenar políticas nacionais em grupos de três ou mais Estados, por meio de arranjos ad hoc ou instituições”. Essa definição destaca a dimensão quantitativa: o multilateralismo se distingue do bilateralismo por envolver a ação conjunta de, no mínimo, três nações.

No entanto, a prática multilateral vai além do número de participantes. John G. Ruggie (1992) adiciona uma dimensão qualitativa crucial ao explicar o multilateralismo como a prática de coordenar relações entre múltiplos Estados "de acordo com certos princípios". Esses princípios implicam que as ações dos Estados não são baseadas apenas em interesses momentâneos, mas em normas e regras generalizadas de conduta, o que confere maior previsibilidade e estabilidade às relações internacionais.

Para os fins deste artigo, adota-se uma definição abrangente que sintetiza as supracitadas ideias: aqui o multilateralismo é entendido como a "abordagem nas relações internacionais que enfatiza a cooperação entre múltiplos países para resolver problemas globais, promover interesses comuns e

implementar políticas através de instituições internacionais ou acordos", conforme definido na Revista *Relações Exteriores*¹.

Historicamente, a evolução do multilateralismo pode ser observada através da criação de organizações internacionais de grande relevância. As primeiras grandes experiências institucionais foram a extinta Liga das Nações, criada após a Primeira Guerra Mundial, e sua sucessora, a Organização das Nações Unidas (ONU), fundada ao final da Segunda Guerra. Essas instituições representam marcos na tentativa de formalizar a cooperação internacional e criar um quadro institucional para a governança global.

É importante notar que, ao longo dos séculos XIX e XX, o multilateralismo evoluiu e ultrapassou o modelo originalmente apresentado pelos Estados Unidos. A ascensão de novas potências e a complexidade crescente dos desafios globais — como crises econômicas, mudanças climáticas e questões de segurança — exigiram novas formas de cooperação, abrindo espaço para que países como o Brasil desenvolvessem posturas diplomáticas inovadoras e de mediação, como será explorado no tópico seguinte.

4 A POSTURA BRASILEIRA NO MULTILATERALISMO: MEDIAÇÃO, PROTAGONISMO E INOVAÇÃO

Analisado o conceito de multilateralismo, este tópico se aprofunda na política externa brasileira para descrever a trajetória de sua participação em fóruns e instituições multilaterais e, assim, responder de forma definitiva à pergunta central: "qual a postura do Brasil no que tange ao multilateralismo?". A tese defendida é que, apesar de influenciado pelo modelo norte-americano, o Brasil adota uma postura inovadora, diplomática e mediadora, consolidando-se como uma ponte estratégica entre diferentes culturas e interesses, especialmente no eixo Sul-Norte.

A vocação multilateral do Brasil é histórica, com suas raízes fincadas no final do século XIX. Desde as primeiras conferências internacionais, como as de Haia e Versalhes, e a criação da Liga das Nações, o país demonstrou uma ampla adesão às instituições intergovernamentais. Essa participação não foi passiva; o Brasil se empenhou "veementemente" em ampliar sua influência e participação, posicionando-se como membro fundador de diversos organismos internacionais.

Essa longa trajetória de engajamento culminou em uma aspiração central da diplomacia brasileira: a busca por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU. Essa meta, que remonta à época da Liga das Nações, ganhou força e se tornou prioridade na política externa a partir da década de 1990, especialmente durante os primeiros governos de Lula. Foi essa ambição, inclusive, que motivou a intensificação dos contatos bilaterais com outros países em desenvolvimento, fortalecendo a cooperação Sul-Sul.

¹ Arquivos Multilateralismo » Relações Exteriores

A postura brasileira se manifesta de forma concreta através de sua participação em diversos acordos coletivos, como o MERCOSUL, o BRICS, o IBAS e a UNASUL. Esses blocos não são apenas alianças econômicas ou políticas; são plataformas estratégicas para o Brasil exercer seu poder de articulação e fortalecer sua posição global. É por meio dessas arenas que a diplomacia brasileira põe em prática sua principal característica: a capacidade de atuar como "intermediador ou conciliador".

O diferencial do Brasil está em sua habilidade de transitar entre mundos distintos, servindo como uma "ponte entre diferentes culturas". O país lida "com certa maestria" com o abismo de interesses entre os países desenvolvidos (Norte) e as nações mais vulneráveis (Sul), ganhando reconhecimento por sua postura mediadora. Na ordem mundial pós-Segunda Guerra, o Brasil encontrou um espaço privilegiado para essa atuação, especialmente em fóruns econômicos e nas negociações do eixo Sul-Norte.

Com a chegada do século XXI, o compromisso com o multilateralismo foi reafirmado com o objetivo claro de manter a participação brasileira na elaboração das normas de governança mundial e, assim, dotar o país de maior protagonismo. É essa busca por influência, aliada à habilidade de mediação, que configura a resposta à nossa pergunta: a postura do Brasil é a de um ator proativo, inovador e construtor de pontes, que utiliza o multilateralismo como ferramenta estratégica para projetar sua influência global de forma conciliadora. Hoje, a importância do Brasil como mediador de conflitos e seu papel no multilateralismo comercial e econômico são "indubitáveis".

Olhando para o futuro, vislumbra-se a oportunidade de o Brasil expandir ainda mais seu protagonismo. Uma pauta de suma importância, mas que ainda se encontra "longe das pautas mundiais", é a defesa de uma maior participação feminina nos organismos internacionais. A adoção de uma postura mais "hígida" (firme, vigorosa) na promoção dessa política global poderia representar um novo campo de liderança para o Brasil, reforçando seu papel inovador no cenário multilateral.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente artigo buscou responder à questão: "qual a postura do Brasil no que tange ao multilateralismo?". Por meio de uma análise bibliográfica, o trabalho explorou o conceito e a origem do multilateralismo e aprofundou-se na trajetória da política externa brasileira para argumentar que, apesar da influência do modelo norte-americano, o Brasil adota uma postura inovadora, diplomática e mediadora.

A discussão demonstrou que o engajamento do Brasil com o multilateralismo é histórico e consistente, iniciando-se no final do século XIX. O país não apenas participou ativamente da fundação de diversos organismos internacionais, mas também utilizou esses fóruns para ampliar sua influência e buscar maior protagonismo na governança mundial. A aspiração por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, presente desde os tempos da Liga das Nações, é o exemplo mais emblemático dessa ambição.

A análise confirmou a tese central de que a diplomacia brasileira se destaca por sua capacidade mediadora, atuando como uma ponte entre diferentes culturas e interesses, especialmente entre os países do eixo Sul-Norte. Essa postura conciliadora, exercida com "maestria", consolidou a importância do Brasil como um mediador de conflitos e um ator relevante no multilateralismo comercial e econômico. A participação em blocos como BRICS e MERCOSUL evidencia essa estratégia.

Conclui-se, portanto, que a postura do Brasil é a de um ator proativo e construtor de consensos, que vê no multilateralismo uma ferramenta estratégica para a projeção de seus interesses e valores no cenário global. O país sempre demonstrou seu interesse em protagonizar a governança internacional e, hoje, sua importância como mediador é indubitável.

Por fim, o presente artigo aponta para o futuro, sugerindo que o Brasil pode e deve assumir a liderança em novas pautas globais. Entende-se que uma postura "mais hígida" na defesa de uma maior participação feminina nos organismos internacionais representaria um passo inovador, reforçando seu papel como um agente transformador e consolidando ainda mais seu protagonismo no século XXI.

6 CONCLUSÃO

Este ensaio artigo se propôs a responder à questão central: "qual a postura do Brasil no que tange ao multilateralismo?". Para tanto, estabeleceu-se o objetivo geral de analisar a política externa brasileira, defendendo a tese de que o país adota uma postura inovadora e mediadora, apesar da influência do modelo norte-americano. A investigação foi guiada por dois objetivos específicos: primeiramente, apresentar o conceito e a origem do multilateralismo e, em seguida, descrever a trajetória da participação brasileira em fóruns e instituições multilaterais.

A pesquisa, realizada por meio de análise bibliográfica, abordou o primeiro objetivo ao definir o multilateralismo como a prática de coordenação de políticas entre três ou mais Estados, baseada em princípios e cooperação para resolver problemas globais. Foi destacado que essa prática, cujos primeiros traços surgiram no final do século XIX, evoluiu para além do modelo inicial, abrindo espaço para abordagens diversificadas, como a brasileira.

O segundo objetivo foi alcançado pela análise da política externa do Brasil, que demonstrou um engajamento histórico e veemente em instituições multilaterais desde suas origens. O principal resultado da pesquisa foi a constatação de que a postura brasileira se caracteriza por uma atuação diplomática e mediadora. O Brasil consolidou-se como um "intermediador ou conciliador", construindo pontes entre os países desenvolvidos e as nações em desenvolvimento (eixo Sul-Norte), o que lhe conferiu protagonismo e uma voz relevante no cenário global. Essa atuação é evidenciada pela sua participação em acordos como BRICS e MERCOSUL e pela sua aspiração histórica a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU.



A conclusão principal é que o Brasil não apenas adere ao multilateralismo, mas o utiliza como uma ferramenta estratégica para projetar sua influência, buscando protagonizar a governança internacional através de uma abordagem inovadora e construtora de consensos. Hoje, a importância do Brasil como mediador de conflitos e ator no multilateralismo comercial e econômico é "indubitável".

Como contribuição, a presente pesquisa reforça a compreensão do papel singular do Brasil no sistema internacional, destacando a mediação como um pilar de sua política externa. Além disso, aponta para futuras linhas de atuação ao sugerir que o país pode ampliar seu protagonismo ao adotar uma postura "mais hígida" (vigorosa) na defesa de pautas inovadoras, como a maior participação feminina nos organismos mundiais — um tema de grande importância que permanece fora das agendas centrais. Essa liderança potencial reafirmaria o caráter inovador de sua diplomacia no presente século.



REFERÊNCIAS

- _____. Brasil: dilemas e desafios da política externa. Revista do Instituto de Estudos Avançados da USP, n. 39, 2000;
- _____. A identidade internacional do Brasil e a política externa brasileira- passado, presente e futuro. São Paulo: Perspectiva, 2001;
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Brasil e o multilateralismo econômico*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999;
- CARDOSO, Fernando Henrique. A arte da política: a história que vivi. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006;
- FERNANDES, Sandra . e SIMÃO, Licínia O Multilateralismo: Conceitos E Práticas Do Século XXI. Imprensa Da Universidade De Coimbra. 2019. Disponível em <https://hdl.handle.net/1822/83531>, acesso em 28 de outubro de 2024;
- FONSECA JR., G. A legitimidade e outras questões internacionais São Paulo: Paz e Terra, 1998;
- KEOHANE, R.O. *Multilateralism: an Agenda for Research*. *International Journal*, v. 45, 1990, p. 731-764;
- LIMA, Maria Regina S. de. Tradição e Inovação na Política Externa Brasileira. Plataforma Democrática (Rio de Janeiro) no. 3, 2010;
- MELLO, F. C. (2012). O Multilateralismo na Política Externa Brasileira. *Carta Internacional*, 7(2), 163–173, disponível em <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/63>, acesso em 10 de outubro de 2024;
- RUGGIE, J.G. *Multilateralism: the Anatomy of na Institution*. *International Organization*, v.46 , n.3, 1992, p. 561-598